

Descolonização e a Conferência de Bandung (1955): uma análise do discurso de Zhou Enlai

Decolonization and the Bandung Conference (1955): an analyses of the Zhou Enlai's speech

João Paulo de Souza Favoretti¹

RESUMO

O objeto elencado como norte dessa discussão é a Conferência de Bandung e os seus desdobramentos, principalmente na África, no tocante aos movimentos de descolonização, destacando a articulação dos povos nativos frente aos países europeus, os quais historicamente consolidaram sua hegemonia através de inúmeros processos distintos, pretendendo subjugar a população nativa e explorar os recursos naturais disponíveis. Alguns aspectos foram considerados nessa discussão, como o histórico processo de exploração econômica e as relações firmadas entre autoridades africanas e autoridades portuguesas, sendo essa dinâmica capaz de influenciar os sistemas políticos dos países africanos. No século XIX, os europeus intensificaram o processo imperialista sobre áreas de seus interesses tanto na África quanto na Ásia, o que significou no rompimento dos acordos firmados com as autoridades locais, já que possuíam tecnologia bélica superior. A Conferência de Berlim (1884-1885) é compreendida como um marco desse processo. Sendo assim, pela primeira vez na história, um grupo de indivíduos em um continente definiram a geopolítica de outro, de maneira autoritária e sem considerar os interesses e as realidades daqueles povos. Nesse sentido, o discurso de Zhou Enlai na Conferência de Bandung (1955) será analisado como fonte primária para que possamos problematizar questões referentes ao contexto de descolonização e luta por parte dos povos “colonizados”.

Palavras-chave: Descolonização, Terceiro Mundo, Imperialismo, Conferência de Bandung.

113

ABSTRACT

The focus of this discussion is the Bandung Conference and its developments, with particular reference to Africa and the movements of decolonization, highlighting the struggle of the native people against the European people, who historically consolidated their hegemony through numerous different processes, seeking to subjugate the native population and exploit natural resources. Some aspects discussed here are the historical process of economic exploration and relationships established between African authorities and the Portuguese authorities, this being a dynamic that had the capacity to influence political systems in the African countries. In the nineteenth century, Europeans intensified the imperialist process in areas of greatest interest in Africa and Asia, which meant the rupture of agreements reached with the local authorities, since they had superior military technology. The Berlin Conference (1884-1885) is perceived as an important moment in this process. And so, for the first time in history, a group of individuals on one continent defined the geopolitics of another. They did so in an authoritarian way and with no consideration for the interests and conditions of the local people. In this sense, Zhou Enlai's speech at the Bandung Conference (1955) will be analyzed as a primary source in a discussion of issues related to decolonization and the struggle of the "colonized" peoples.

Key-words: Decolonization, Third World, Imperialism, Bandung's Conference.

¹ Mestrando em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. Membro do Laboratório de História das Interações Político-Institucionais – HISPOLIS. Professor de História de 6º aos 9º anos do ensino fundamental no Centro Educacional “Vinicius de Moraes”. Favoretti.jp@gmail.com

Introdução

Para compreender a Conferência de Bandung e assimilar alguns elementos característicos, recorremos a dois discursos proferidos por Zhou Enlai, Primeiro-Ministro chinês, na ocasião em 1955. Utilizando como referencial metodológico a Análise do Discurso, nós pretendemos destacar alguns pontos relevantes abordados por ele e contextualizarmos com as premissas presentes na bibliografia elencada acerca dos movimentos de *descolonização* e o contexto de Guerra fria.

Uma importante consideração introdutória envolve a natureza das fontes primárias aqui utilizadas, as quais, no estado que foram encontradas, já haviam sido traduzidas do chinês para o inglês, e, para alcançar os objetivos desse trabalho e facilitar a compreensão do leitor, foram traduzidas nos desdobramentos dessa pesquisa para a língua portuguesa. Sendo assim, é importante entender que, por mais que aquele que escreve tente realizar uma tradução completamente fidedigna e imparcial, a chance de cair em desvios e inserir um ponto de vista é alta. Dessa maneira, possuímos a noção de que

essas fontes possuem um grau de distanciamento do contexto em que foram proferidas.

Além disso, a tarefa de desenvolver uma pesquisa que conceba analisar aspectos pertinentes aos movimentos descolonizadores² se constitui de suma relevância, justamente por se tratar de uma temática tão sensível, em função do longo processo histórico na história dos países africanos e asiáticos de exploração e colonização, não somente no âmbito político e econômico, mas também no cultural.

A partir dessas considerações, vislumbramos situar a nossa pesquisa destacando o importante aspecto cultural que nós podemos auxiliar a compreender, pois, ao nos propormos abordar a ideia de descolonização e decolonização³ (OLIVEIRA;

² A designação é situada no plural, pois, no continente africano, por exemplo, os movimentos de independência e descolonização política não se desdobraram uniformemente, sendo verificada em cada país uma especificidade histórica que os diferenciava dos demais. Ver: (MACEDO, 2015).

³ Esses dois conceitos se diferem, pois *descolonização* está associada à ideia de um movimento que luta por independência política, já *decolonização* se insere na ótica de um movimento que luta por independência intelectual, no sentido de que mesmo quando um país é independente politicamente, o

CANDAU, 2010), mesmo que dedicando um espaço maior discutindo elementos políticos, nosso intuito é fortalecer a visão de que os países que se situam na categoria de *Terceiro Mundo* possuíam especificidades históricas e presenciaram amplos movimentos de contestação e deseurocentrização do conhecimento arraigado.

Imperialismo europeu e descolonização

A Europa, historicamente, demonstrou interesses por territórios situados em regiões além de sua circunscrição, principalmente com a finalidade de expansão territorial, a qual, para ser consolidada, usualmente estava acompanhada do processo de subjugação da população nativa, o que consistia na imposição de seus idiomas e crenças, do sistema político desejável, das formas de manejar os recursos naturais disponíveis, entre outros. Isso ocorria, pois o desejo de expandir as fronteiras era acompanhado pelo anseio de utilizar os territórios conquistados para recrudescer economicamente.

mesmo não vale para o conhecimento que é aprendido, ensinado e produzido.

É possível notar essa dinâmica desde tempos mais remotos. Por exemplo, na Antiguidade, durante a fase de expansão romana e formação do Império, os interesses motivadores eram, sobretudo, econômicos, já que pretendiam absorver territórios para aumentar o número de escravos, e a escravização ocorria através do aprisionamento nas guerras. Além disso, a anexação de novas cidades resultava no aumento do número de contribuintes e na disponibilidade de homens para integrarem os exércitos.

Remontar à experiência romana é fundamental para compreender a dinâmica histórica ocorrida no século XIX, quando os europeus passaram a disputar entre si qual nação ocuparia determinada região africana. Isso será discutido posteriormente. Entretanto, é importante considerar que os europeus não avançaram sobre o continente africano de forma autoritária, subjugando de imediato as populações nativas, principalmente porque esse continente gozava da existência de inúmeros Estados estruturados e com plena capacidade de defesa e de estabelecer negociações com europeus, já que exerciam poder nas regiões as quais estavam organizados e possuíam poderio bélico, mesmo que inferiores,

se comparado à tecnologia militar europeia. Além disso, em alguns casos, como no Reino do Congo, era notável o poder que exerciam sobre os chamados “reinos-vassalos”, esses sendo organizações políticas menores que se encontravam satelitizados aos reinos centrais. Segundo Costa e Silva, “[...] Até meados do século XIX, o europeu só avançava alguns passos para fora de seus muros e paliçadas em algumas poucas áreas e, na maior parte dos casos, com o consentimento e o apoio dos africanos, ou sob sua vigilância” (COSTA E SILVA, 1994, p. 21).

As predileções imperialistas europeias, para se desdobrarem na prática, precisavam recorrer a discursos ideológicos com o intuito de fundamentar sua atuação no continente africano. De acordo com Lima Neto, no século XIX, os europeus colonizadores remontavam à experiência romana para captar elementos justificadores para sua atuação naquele continente. Um conceito bastante abordado para tal tarefa foi o de *romanização*, o qual “[...] foi utilizado, em primeiro lugar, como um modo de explicar os contatos entre romanos e os povos por eles conquistados, enfatizando-se o

processo de aculturação das populações autóctones, quem assumiram padrões estéticos, a língua, os costumes e os valores de seus conquistadores” (LIMA NETO, 2016, p.104). Entretanto, ao se pensar as sociedades africanas por esse viés, ignora-se a capacidade dos indivíduos que nelas integravam de se constituírem como agentes históricos. De acordo com o mesmo autor:

[...] O conceito de romanização constituía um processo em que o outro se civilizava na medida em que se tornava romano. Esse argumento se associava ao próprio discurso imperialista europeu da época, pois, assim como os romanos teriam levado a civilização aos povos primitivos conquistados, os ingleses, franceses, italianos e alemães, seus “descendentes”, também teriam como corolário a missão de legar a cultura aos povos por eles subjugados. (LIMA NETO, 2016, p. 104)

Nesse sentido, é possível compreender que os europeus enxergavam os africanos como seres inferiores, à espera da civilização europeia. Diante desse contexto, a dinâmica imperialista assumiu os contornos perceptíveis à posteridade, em que os colonizadores utilizaram determinados mecanismos para conseguirem penetrar no continente africano, como, inicialmente, alianças com soberanos africanos, pretendendo

negociar de forma que ambas as partes saíssem com seus interesses atendidos, e, posteriormente, os europeus apelaram para o acirramento de conflitos entre Estados africanos rivais, pretendendo enfraquece-los, já que disputas internas acarretariam numa fragilidade para resistir às ofensivas europeias; ameaças de invasão e de assassinato também estavam no discurso dos colonizadores, já que os mesmos possuíam superioridade bélica.

Os europeus, gradualmente, foram se estabelecendo na África e consolidando sua hegemonia, pois aquela dinâmica de penetração no continente iniciada com o firmamento de acordos com os soberanos africanos transformara-se em um sentimento de cobiça pelas riquezas ali disponíveis, o que incluía, em alguns casos, na quebra desses acordos estabelecidos e na dominação integral pelos colonizadores. Os desdobramentos foram tão intensos que os países europeus interessados em constituírem colônias no continente africano se reuniram com a finalidade de estabelecerem regras para dirigirem sua ocupação naquele continente, já que essas nações haviam entrado em conflito por territórios. Nesse sentido,

a seguir, será abordada brevemente a maneira pela qual foi organizado o movimento para constituição de regras com a finalidade de balizar a colonização.

A Conferência de Berlim (1884-1885) foi o nome atribuído à ocasião em que se reuniram representantes de países europeus que pretendiam deliberar parâmetros para resolver os conflitos existentes entre si. Sobre esse assunto, é bastante comum encontrar discursos que atribuem a essa ocasião o momento no qual a África dividida como uma “pizza” pelos europeus. Todavia, torna-se de incomensurável importância destacar que essa reunião, a princípio, não pretendia estabelecer uma divisão geográfica do continente africano, e sim de resolver os conflitos existentes entre as forças colonizadoras. Isso não quer dizer que esse não tenha sido o momento que marcou a divisão europeia da África, já que, em seus artigos, a Conferência abordou as ideias de *esferas de influência* e da necessidade de *provar o exercício de autoridade*, essas que consistiam nos colonizadores levarem sua “civilização” às regiões que não desfrutavam dela e lá estabelecerem mecanismos que os proporcionassem o

exercício do poder (UZOIGWE, 2011). Dessa maneira, dizer que a Conferência de Berlim não determinou a partilha da África é se ater ao sentido técnico do documento, pois estava lúcido nas suas entrelinhas a justificativa que fundamentou o movimento de partilha.

Após lançadas algumas premissas acerca do Imperialismo, para atingir nossos objetivos de análise, é importante realizarmos algumas considerações sobre o movimento de *descolonização*, já que esse último se trata de uma etapa subsequente ao processo de colonização. Entretanto, ao tratá-lo como “etapa”, não sugerimos que sua ocorrência já era esperada, e, portanto, inevitável, pelos agentes históricos da época. Essa denominação é apenas um recurso analítico e didático para compreender o assunto em discussão.

No início do século XX, no continente africano, inúmeros movimentos que reivindicavam as independências de seus países, fato que só seria possível com a expulsão dos europeus, passaram a se organizar e lutar pela causa da *descolonização*. Apesar de cada região ser portadora de uma dinâmica história singular, há alguns pontos genéricos que

possibilitarão o entendimento acerca das características pertinentes a esse assunto. Considerar o contexto internacional da época é importante para compreender esse processo histórico, já que os países europeus colonizadores estavam inseridos no plano das relações internacionais.

Na primeira metade do século XX, o planeta presenciou duas guerras mundiais altamente destrutivas, inclusive, envolvendo os países imperialistas que possuíam colônias na África. Esses acontecimentos são importantes para entendermos a *descolonização*, pois, por exemplo, na Segunda Guerra Mundial, africanos foram mobilizados para lutarem ao lado do país colonizador na região que habitavam, e, portanto, lutariam contra outros brancos. Esse momento foi o primeiro da história em que negros foram autorizados a matarem brancos, e o peso disso na visão dos africanos contribuiu para fortalecer a ânsia pela *descolonização*, já que presenciar europeus matando uns aos outros contribuía para desconstruir uma ideia de que eles eram superiores.

Diante desse contexto de lutas por independências, os países europeus se mantiveram alertas aos desdobramentos ocorridos em suas

colônias. Em alguns casos, foi possível notar um alinhamento da elite africana dirigente com os antigos colonizadores, o que acabou resultando numa independência apenas nominal, ou seja, no papel, o país era independente, mas, na prática, os interesses dos colonizadores ainda ditavam o funcionamento daquelas sociedades.

Isso nos apresenta uma dicotomia entre independência concedida x independência conquistada, em que, na primeira, os desdobramentos ocorriam conforme abordado no parágrafo anterior, por meio de negociações com a antiga metrópole, a qual acabava mantendo sua esfera de influência. No segundo caso, a independência ocorria à custa de um intenso movimento social e político que se propusesse a enfrentar diretamente forças militares europeias e expulsá-las em prol de sua libertação.

Os movimentos de *descolonização* assumiram corpo e força no período da Guerra Fria, a qual, de forma sucinta, faz referência a um contexto onde o mundo, na segunda metade do século XX, encontrara-se dividido entre áreas de influência que opunham os interesses

dos Estados Unidos da América – EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviética – URSS, os quais disputavam entre si a geopolítica mundial. É importante considerar que as novas superpotências mundiais se posicionavam contrariamente às antigas potências imperialistas, e, portanto, contribuíram para a propagação de ideias anticoloniais (MACEDO, 2015).

Nessa análise, não pretendemos entrar nos méritos das especificidades concernentes aos movimentos de descolonização desdobrados nos países africanos, já que estes se apresentam como numerosos cada qual com uma dinâmica própria. Nosso foco foi o de elucidar questões abrangentes que permitissem compreender basicamente o que foi a *descolonização*, pois, posteriormente, esses pressupostos serão de grande importância para compreender a análise do discurso de Zhou Enlai, no contexto da Conferência de Bandung.

Conferência de Bandung em contexto

Nesta seção, a discussão terá como objetivo fundamental contextualizar a Conferência de

Bandung diante do cenário internacional de bipolaridade entre EUA x URSS, em que essas duas se opunham ideologicamente e empreendiam disputas por zonas de influência, significando, *grosso modo*, na disputa entre capitalismo e socialismo. Além disso, também relacionaremos os movimentos de *descolonização*, assim como essa reunião contribuiu para reforçá-los.

A Conferência de Bandung, podendo também ser chamada de Conferência Afro-Asiática, foi realizada na cidade que leva o nome, localizada na Indonésia, entre os dias 18 e 24 de abril de 1955, e contou com a participação de representantes de 29 países, dentre esses, 23 asiáticos e apenas 6 africanos, os quais se reuniram tendo como agenda política básica a discussão de temas como o “anticolonialismo” e o “antirracismo”, pois a situação pós-colonialismo do países africanos e asiáticos era de subdesenvolvimento e de destruição, principalmente naquelas regiões onde os movimentos independentistas precisaram apelar à luta armada e resistir às ofensivas europeias que pretendiam manter o domínio colonial.

Quando vemos na pauta o tema do “antirracismo”, reforçamos a visão

que os europeus possuíam de si como seres superiores e encarregados de difundir sua “civilização” a outras regiões que consideravam a-históricas, no sentido de não julgarem os cativos como seres capazes de produzirem uma dinâmica histórica, ou seja, sua história só seria iniciada a partir dos contatos empreendidos com europeus. Se houve a necessidade de incluir esse tema na pauta da reunião, isso se deve ao fato de perceberem a existência de uma distinção de “raças”⁴ construída historicamente por aqueles que pretendiam afirmar sua hegemonia, e, no caso da discussão promovida em Bandung, é possível notar nos africanos e asiáticos um grau de incômodo por essa situação de “racismo”, principalmente se consideramos que eles desenvolveram uma consciência histórica acerca da presença europeia em suas regiões, dos males causados pelo contexto de exploração do trabalho e da mão-de-obra dos povos colonizados, assim como a subjugação política, econômica e cultural. Nesse sentido, as

⁴ O conceito de “raças” está posto entre aspas por não considerarmos que a existência de uma pluralidade de seres humanos no concernente às distinções fenotípicas permitem uma classificação e distinção de “raças”. Compreendemos que há apenas uma “raça” e que a mesma possui variações étnicas em função do desenvolvimento histórico e geográfica pertinente a cada uma.

lutas contra os colonizadores pretendiam não somente a independência política e o tratamento igual no âmbito das relações internacionais, mas também que os povos africanos e asiáticos, outrora tratados como seres inferiores, passassem a ser tratados como seres humanos capazes de pensarem e produzirem sua própria dinâmica histórica, ignorando a ideia de uma inferioridade em função de traços fenóticos. Durante a Conferência, os representantes dos países africanos e asiáticos afirmaram a existência da diversidade de “cores”, culturas, religiões, legados históricos, assim como diferenças políticas e interesses econômicos distintos, a fim de consolidarem a ideia de igualdade e respeito mútuo (DIRLIK, 2015).

Em Bandung, os países ali reunidos, num contexto de Guerra Fria, pretendiam discutir assuntos que interessassem a todos os presentes, os quais possuíam em comum o fato de em algum momento de sua história terem sido colônia de algum país europeu. O espírito presente era de “otimismo”, no sentido de que naquela ocasião inauguraram a ideia de “Terceiro Mundo”, em contraposição à bipolaridade existente que fazia alusão

a “dois mundos” movidos por ideologias distintas, um pelo capitalismo, sob a liderança dos EUA, e outro pelo socialismo, sob a liderança da URSS.

Ainda, um traço fundamental da ideia de “Terceiro Mundo” concerne ao movimento de “não alinhamento” às superpotências, em que os países, outrora em posição de colônia, passariam a se organizar em prol do desenvolvimento mútuo, não cedendo às questões que envolvessem as disputas entre EUA e URSS (DIRLIK, 2015).

Nesse sentido, para compreender o significado dessa Conferência, é importante considerar que um ponto de suma importância reside no fato da hegemonia no âmbito das relações internacionais, historicamente detida pela Europa, se deslocou para os EUA e para URSS. Além disso, os pressupostos básicos que caracterizaram esse evento, de forma sucinta, consistem na não interferência em assuntos internos de outros países e na necessidade de desenvolver relações horizontais entre países subdesenvolvidos, baseadas na cooperação e na ideia de reciprocidade (PEREIRA & MEDEIROS, 2015).

Com base nisso, adiante prosseguiremos com a análise de dois discursos realizados por Zhou Enlai, Primeiro-Ministro da China, durante a ocasião da Conferência de Bandung, momento em que ele reforçou inúmeros pontos relevantes, como: a coexistência pacífica entre os países, princípios de respeito mútuo para manter a integridade territorial, não agressão e não interferência. Esses pontos são importantes principalmente por estabelecerem parâmetros que contribuíssem para a existência de paz, já que o contexto histórico em questão se apresenta como assaz conflituoso em função dos movimentos descolonizadores e independentistas. Além disso, no período da Guerra Fria, o mundo esteve sob ameaça de destruição a partir de arsenal bélico nuclear, o qual estava sob posse das superpotências e despertavam medo principalmente em regiões onde elas interferiam diretamente, como no Vietnã, nas Coreias, na Índia, na China e outros. É importante considerar que a denominação “Fria” se deve ao fato de não ter havido o confronto direto entre os EUA e a URSS, pois os mesmos lutavam entre si pelo aumento de áreas de influência, todavia, como já apontado, possuíam a prática de

interferirem em conflitos em outras regiões (DIRLIK, 2015).

Diante disso, os participantes da Conferência de Bandung se reuniram para lidar com assuntos concernentes a esse contexto, e, ao percebemos que a paz entre os países foi um tema discutido, inferimos que isso ocorreu justamente pelo fato do contexto internacional ser marcado por intensos conflitos.

Discursos de Zhou Enlai

Como já exposto, em Bandung, no ano de 1955, ocorreu uma reunião que envolveu representantes de 29 países, os quais possuíam como temática central a discussão acerca de questões relacionadas à *descolonização*, à paz e à cooperação entre eles. Nessa ocasião, várias lideranças utilizaram o espaço para discursarem acerca de assuntos que envolvessem a temática central do evento, trazendo à tona suas contribuições, que, na verdade, consistiam em como os países que representavam poderiam contribuir para alcançar os objetivos ansiados pelo coletivo, que basicamente envolviam a resolução de conflitos existentes e as maneiras de evitá-los.

Para essa discussão, delimitamos a figura política de Zhou Enlai para levantarmos questões específicas presentes em seus discursos e analisarmos o tema de forma qualitativa. Os discursos utilizados como fontes primárias foram pronunciados em 23 de abril de 1955 e 24 de abril de 1955, sendo o primeiro direcionado ao Comitê Político da Conferência, e o segundo foi proferido na ocasião do encerramento da Conferência.

O orador aqui abordado estava presente na Conferência representando a República Popular da China, país onde ele ocupava o cargo de Primeiro-Ministro. É importante considerar que a China, no período em questão, acabara de presenciar uma guerra civil que culminou com a ascensão de Mao Tsé-Tung ao comando, deixando como rastro milhares de mortes. Esse novo regime chinês era conhecido no mundo ocidental como um regime comunista, e no contexto de Guerra Fria, isso significava que os países capitalistas a tratariam como uma rival e/ou inimiga.

A relevância da análise dos discursos de Enlai reside no fato dele representar um país visto como comunista, e, portanto, possivelmente alinhado com a URSS, numa ocasião

em que se discutia uma postura de não alinhamento. Entretanto, é interessante perceber que ele se colocava numa posição de diálogo e respeito aos países menores que circundavam o vasto território chinês, além de se posicionar contrariamente à existência de blocos de países, pois julgava essa associação como um risco para emergência de conflitos. No trecho do discurso destacado abaixo, podemos verificar que o discursante assumia que o seu país era governado por um partido comunista, mas, apesar disso, estava disposto a cooperar em prol da união dos países, a fim de promover a paz mundial evitando a emergência de novos conflitos envolvendo os blocos econômicos existentes.

Utilizando a China como exemplo. Nós somos um país liderado por um partido comunista. Nós discordamos de alianças militares que causam confrontos no mundo e aumentam os riscos de guerra. Nós não concordamos com a Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN, o Pacto de Manila, e outros tipos de tratados similares. Se o mundo continua a se desenvolver dessa forma, então nós seremos forçados a encontrar alguns países e formar uma aliança militar com eles. Isso não será no interesse de proteger a paz do mundo e opor à guerra. Basicamente, nós somos contra o confronto de blocos militares, mas hoje nós estamos nos encontrando aqui para discutir a questão da paz coletiva; [assim sendo] nós podemos forçar e não discutir a questão de blocos militares, pois eles já são uma realidade. Nós poderíamos

primeiros nos unir. (Discurso de Zhou Enlai, 23 de abril de 1955)

Na obra de Dirlik é possível perceber que o autor concebe a atuação de Enlai em Bandung como uma *stellar performance* (performance estelar), em função das contribuições realizadas no evento, já que o mesmo abordara questões envolvendo a promoção e a esperança de uma coexistência pacífica, principalmente com os países vizinhos da China, já que eles estavam, outrora, em estado de conflito e, naquela ocasião, ouviam, nas palavras do Primeiro-Ministro Chinês, promessas de respeito à integridade territorial.

Em seu discurso, como já apresentado anteriormente, o representante chinês reconheceu novamente que seu país era liderado por um partido comunista, mas o fez acompanhado da crítica àqueles que acreditavam que a China possuía a pretensão de ameaçar outras nações a partir dos pressupostos que defendia na Conferência de Bandung. Alegou que o seu povo estava disposto a mencionar suas garantias, assim como esperavam que os outros também o fizessem. Isso significou que os chineses, na figura de seu Primeiro-

Ministro, estavam dispostos a coexistirem de forma igualitária com os outros países, independentemente da proporção territorial que abrangesse.

O momento culminante do discurso do dia 23 de abril de 1955 foi a enumeração de sete pontos que abordavam maneiras de garantir o alcance e o compartilhamento de interesses mútuos dos países ali reunidos. A seguir, destacaremos os pontos sugeridos por Enlai, cujo foco era requerer aos representantes presentes que os aceitassem com a finalidade de promoção da paz e igualdade. Juntamente a isso, Zhou Enlai também fez exemplificações tratando experiências chinesas no âmbito das relações internacionais e os países fronteiriços.

[...] O primeiro ponto é o respeito mútuo à soberania e integridade territorial [...]

O segundo ponto é a não adoção mútua de ações invasivas ou ameaçadoras [...]

O terceiro ponto é a não-interferência ou não-intervenção mútua em questões internas.

O quarto ponto é o reconhecimento da igualdade racial [...]

O quinto ponto é o reconhecimento da igualdade dos países, não importando seu tamanho [...]

O sexto ponto é o respeito à pessoas de todos os países terem o direito e a liberdade para decidirem seu

próprio estilo de vida e sistema econômico e político [...]

O sétimo ponto é o não-detrimento mútuo [...]

(Discurso de Zhou Enlai, 23 de abril de 1955)

A partir dessa listagem, podemos compreender que as questões propostas pelo discursante concernem, basicamente, em uma agenda de ação que possibilite o alcance de uma boa relação entre os países ali reunidos, não se restringindo somente a eles, mas também a todo o planeta, e não em um acordo unilateral que beneficiasse apenas uma parte. No discurso de encerramento da Conferência, Zhou Enlai ressaltou o aspecto de oposição ao colonialismo como sentimento comum, além de reiterar que, apesar de cada um ali presente possuir suas peculiaridades, atingir um consenso não seria uma tarefa inviável. No final do seu discurso do dia 24 de abril 1955, ele pronunciou o seguinte:

[...] Nós temos sido capazes de fazer conquistas em oposição ao colonialismo, salvaguardando a paz mundial e promovendo a cooperação política, econômica e cultural, pois nossos povos dos

países africanos e asiáticos compartilham do mesmo destino e dos mesmos desejos. (Discurso de Zhou Enlai, 24 de abril de 1955)

Com base na discussão levantada e nas fontes aqui reunidas, nós pretendemos estruturar uma discussão que contextualizasse a Conferência de Bandung, destacando a participação do Primeiro-Ministro chinês, Zhou Enlai, em função de ele ter atuado como discursante no evento, com os movimentos de descolonização e de independência frente às antigas forças colonizadoras que, historicamente, arraigaram seus mecanismos de controle e hegemonia sobre os continentes africano e asiático. Além disso, considerar o contexto de Guerra Fria e as relações internacionais concernentes ao período em questões foram de suma importância para compreender que, em Bandung, a ideia de “Terceiro Mundo” assumiu forma, destacando o papel de não alinhamento das jovens nações independentes frente às superpotências, as quais, por possuírem interesses opostos, empreendiam entre si disputas por áreas de influência.

REFERÊNCIAS

COSTA E SILVA, A. O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX. **Estudos Avançados**, n. 8, v. 21, 1994.

DIRLIK, Arif. The Bandung legacy and the peoples's Republic of China in the perspective of the global modernity. **Inter-Asia Cultural**, v. 16, n. 4, 2015, p. 615-630.

LIMA NETO, B. M. **Entre a filosofia e a magia**: o caso da estigmatização de Apuleio na África romana (séc. II d.C.). Curitiba: Editora Prismas, 2016.

MACEDO, J. R. **História da África**. São Paulo: Contexto, 2015.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MEDEIROS, Klei. O prelúdio da Cooperação Sul-Sul: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978). In: Seminário Internacional de Ciência Política, 1., 2015, Porto Alegre, **Anais**, Porto Alegre: UFRGS.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 26, n. 1, 2010, p. 15-40.

SPEECH BY PREMIER Zhou Enlai at the Closing Session of the Asian-African Conference. April 24, 1955, History and Public Policy Program Digital Archive, Translation from China and the Asian-African Conference (Documents) (Peking: Foreign Languages Press, 1955), 29-31. Disponível em: <http://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/121624>. Acesso em: 17 jan. 2019.

UZOIGWE, G. N. Partilha europeia e conquista da África. In: BOAHEN, A. A. (Org.). **História geral da África**: a África sob dominação colonial (1880-1935). São Paulo: Cortez, 2011.

ZHOU ENLAI'S Speech at the Political Committee of the Afro-Asian Conference. April 23, 1955, History and Public Policy Program Digital Archive, PRC FMA 207-00006-04, 69-75. Translated by Jeffrey Wang. Disponível em: <http://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/114678>. Acesso em: 17 jan. 2019.

O(s) autor(es) se responsabiliza(m) pelo conteúdo e opiniões expressos no presente artigo, além disso declara(m) que a pesquisa é original.

Recebido em 15/08/2019

Aprovado em 23/11/2019